



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

A OFICINA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO ALIMENTAR NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA EM ANGOLA

Bruna Bittar Martins (PQ)¹ *brunabm12@gmail.com; Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira(PQ)²

Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica

Universidade Federal de Goiás - UFG

RESUMO: O presente texto trata da descrição da oficina, “Possibilidades de incentivo à educação alimentar”, realizada durante o II Seminário Internacional de Educação do Projeto Eduka + Angola, junto a professores de escolas na República de Angola, tendo por objetivo estimular a inserção de práticas de Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos currículos pedagógicos. As atividades aconteceram no período de três dias, em forma de rodízio, sendo atendidos 43 professores, na maioria vinculada ao ensino privado, atuando nos anos escolares iniciais (primário). A oficina teve abordagem teórica intercalada com períodos de discussão sobre a temática Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Programas de alimentação escolar e EAN. E em um segundo momento voltado apenas para uma discussão mais prática de estratégias de EAN. Os registros sobre as observações e depoimentos dos participantes foram organizados para descrição e análise Por meio das perguntas e dúvidas verbalizadas pelos professores sobre o que é ou não é saudável, ficou evidente a não aplicabilidade do assunto nos currículos pedagógicos a qual pode estar limitada a uma deficiência de informações. Conforme depoimentos raramente há contato entre o profissional nutricionista e as instituições de ensino infantil. Nesse processo, destaca-se a relevância da escola na promoção da SAN, tendo como principais pontos, o fornecimento de refeições, ações de educação alimentar e nutricional, incentivo local para a produção de alimentos por agricultores locais

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional, Segurança Alimentar e Nutricional, Programa de Alimentação Escolar; Escola

INTRODUÇÃO

O presente texto trata da descrição de uma oficina realizada durante o II Seminário Internacional de Educação do Projeto Eduka + Angola, junto a professores de escolas públicas e privadas da República de Angola. O Projeto Eduka+Angola é vinculado à UniEvangélica e se concretiza na parceria com a escola Chamuanga, localizada em Kuito, capital da província de Bié. O Seminário de Educação teve como tema: “Práticas Pedagógicas e outras maneiras de pensar a escola:



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

criar e transformar”. O evento contou com a participação de 86 professores da rede pública e privada de diversas localidades da República da Angola e foi organizado com momentos de palestras em plenária e oficinas com diferentes temas desenvolvidos por acadêmicos e professores da Pedagogia, Enfermagem, Nutrição, Educação Física e Psicologia durante 04 dias.

As oficinas foram realizadas em formato de roda de conversa, proporcionando espaço para diálogos e debates. A oficina em questão foi nomeada como “Possibilidades de incentivo à educação alimentar”, em que foram abordadas as seguintes temáticas: Segurança Alimentar e Nutricional; Programas de alimentação escolar e Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), sempre fazendo um paralelo entre as propostas veiculadas pelas políticas públicas no Brasil e a realidade em Angola. Tendo por objetivo estimular a inserção de práticas de EAN nos currículos pedagógicos.

METODOLOGIA

As atividades das oficinas aconteceram no período de três dias, em forma de rodízio, portanto os professores participantes do evento poderiam escolher três temáticas, uma por dia. Portanto, a cada um dos dias, o mesmo conteúdo foi exposto a um grupo diferente de professores. Na citada oficina foram atendidos 43 professores, uma média de 14 por vez, em sua maioria vinculados ao ensino privado, atuando nos anos escolares iniciais (primário), com presença mais marcante do sexo masculino. Na parte da manhã, foram realizadas discussões teóricas e de conceitos, no período da tarde as ações tiveram uma característica mais prática com exposição de algumas estratégias de EAN nas escolas brasileiras.

Os organizadores da oficina tiveram o cuidado de utilizar materiais que pudessem ser úteis como instrumentos estimuladores: apresentação de slides, quadro branco, recursos visuais elaborados manualmente. E os registros sobre as observações e depoimentos dos participantes foram organizados para descrição e análise do presente relato.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O termo segurança alimentar começou a ser utilizado na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), desde então, vem evoluindo, e na década de 90, incorpora-se a ideia de garantia de acesso físico e econômico, a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biologicamente e quimicamente), de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, culturalmente aceitáveis, com acesso a informação (BURITY et al.,



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

2010). Assim, tem-se a inserção do aspecto nutricional e sanitário ao conceito, passando a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo associada ao papel fundamental do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) (SILVA, 2014).

A evolução conceitual, dessa forma, ocorre em nível internacional e nacional, acompanhando as necessidades de cada povo e época. No Brasil, por exemplo, em 2006 foi sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), para indicar as obrigações do estado em respeitar, proteger, promover e prover a alimentação adequada (BRASIL, 2006a). De forma semelhante, em Angola, no ano de 2009, é anunciada a criação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) (REPUBLICA DE ANGOLA, 2009). Em ambos os países observa-se o anseio pela garantia de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficiente de modo permanente sem comprometer o acesso a outras necessidades, tendo como um dos eixos a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos, como crianças, e populações em situação de vulnerabilidade social.

Assim sendo, a alimentação escolar mostra-se como uma importante política e/ ou estratégia para um país frente à garantia da SAN e do DHAA. No Brasil, desde a década de 40, discute-se o assunto, e com a Constituição Federal (1988) ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos (FNDE, 2019). Em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), avança para o atendimento de toda a rede pública de educação básica e determina, ainda, a compra obrigatória de produtos locais fornecidos por agricultores familiares, provendo o desenvolvimento social local, em 2013, o eixo Educação Alimentar e Nutricional ganha destaque (BRASIL, 2009; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013). Na Angola, com uma proposta mais recente, em 2013 estabelece-se o Programa de Merenda Escolar em âmbito nacional, nas escolas do ensino primário nas redes públicas e privadas em regime de cooperação que, de forma semelhante ao programa brasileiro de alimentação escolar, tem como um dos objetivos contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis, e como um dos princípios, o tratamento preferencial aos alimentos produzidos localmente (REPÚBLICA DA ANGOLA, 2013).

Dessa forma, os programas de alimentação escolar não somente assistem ao desenvolvimento biopsicossocial da criança, reduzindo a evasão escolar e privilegiando o aprendizado, como também, auxilia na formação de hábitos alimentares saudáveis e promoção do desenvolvimento social, pela compra de produtos locais. Nessa perspectiva, a escola apresenta-se como um espaço de promoção da saúde, pelo papel na formação cidadã, estimulando a autonomia, o exercício dos direitos e



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, bem como na obtenção de comportamentos e atitudes considerados como saudáveis (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2010; CDCP, 2011). As atividades educativas promotoras de saúde na escola, em particular a promoção da alimentação saudável (PAS), representam possibilidade concreta de produção de impacto sobre a saúde, a autoestima, os comportamentos e o desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar (PEREZ-RODRIGO; ARANCETA, 2001; CDCP, 2011).

Considerando a relevância dessas temáticas e o papel da escola como promotora de saúde, foi pensado o desenvolvimento da oficina “Possibilidades de incentivo à educação alimentar”. Para tanto em um primeiro momento houve uma abordagem teórica intercalada com períodos de discussão sobre as temáticas: Segurança Alimentar e Nutricional; Programas de alimentação escolar no Brasil e na Angola e Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). O segundo momento foi voltado apenas para uma discussão mais prática de estratégias de EAN, com demonstração de jogos, detalhando atividades por faixas etárias com valorização da cultural local, tendo o cuidado de reproduzi-los tanto para a realidade da escola privado quanto para a pública. Dentre essas propostas citou-se: quebra-cabeças com frutas e hortaliças; elaboração de livros de receitas, trabalhando a redação e organização de ideias; problemas de matemática utilizando como tema alimentação e nutrição; promoção de feiras de ciências, gastronômicas entre outras; contar a história de uma fruta ou hortaliça preferida; mercadinhos elaborados para incentivar escolhas saudáveis; elaborações de murais com os temas relacionados a alimentação e nutrição; jogo do “5 ao dia”, trabalhando cores e benefícios das frutas e hortaliças e para finalizar, a pirâmide alimentar.

RESULTADOS

No primeiro momento da oficina, com uma abordagem mais teórica e conceitual sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional, os professores resgataram o histórico da guerra civil no período de 1975 a 2002, destacando os profundos impactos sociais em algumas regiões do país, como: fragmentação da estrutura familiar; dificuldades de produção local de alimentos e de abastecimento; ausência de empregos e/ou meios de geração de renda. Tais fatores foram colocados pelos grupos como importantes no desenvolvimento da criança no ambiente escolar, essencialmente, na rede pública, sendo comum citarem que um aluno com “fome” não aprende. Essa percepção, da carência nutricional das crianças em regiões menos privilegiadas, foi relatada em outros momentos em expressões como: “há baixo peso”, “às vezes as crianças ficam apáticas, sonolentas”, “existem



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

crianças que vão para escola pública somente para comer, pois em casa não se alimentam”. Esse último comentário não reflete o todo, considerando que a maior parte das escolas públicas não oferece alimentação, como observado adiante. Ocorreram também relatos de insegurança alimentar quando citada a importância não somente da quantidade, mas, também, da qualidade dos alimentos trazidos por algumas crianças para o lanche escolar. Professores, principalmente, da escola privada, destacaram a perda da cultura alimentar e o consumo cada vez mais frequente de industrializados.

Sobre os programas de alimentação escolar, pautados no exemplo do PNAE no Brasil, houve escuta atenta. Muitos professores pontuaram a necessidade do governo angolano utilizar de tal estratégia para garantir melhor rendimento no período em que o aluno estiver na escola. Apenas um dos professores fez referência ao Programa de Merenda Escolar da Angola, citando que no local onde lecionava, por um tempo a escola recebeu um recurso para auxiliar na preparação dos lanches, mas que já que não o recebiam mais. Outra professora relatou que por iniciativa da própria escola pública em que lecionava juntamente com o auxílio dos pais, por meio de pequenas doações era ofertado um lanche aos alunos. Nas falas havia um forte posicionamento político, porém um desconhecimento do Programa de Merenda Escolar.

Esse desconhecimento por parte dos professores talvez possa ser explicado pela pouca expressividade do programa no país. Segundo um documento produzido pela UNICEF/ Angola, em 2016, a necessidade de universalização do programa nas escolas públicas do ensino primário, tem na merenda escolar, uma representatividade de 0,117% do Orçamento Geral do Estado (OGE). Sendo, ainda, mais preocupante é a constatação de que nesse mesmo ano, o programa estaria paralisado em muitas províncias. Em 2018, um documento semelhante produzido pela UNICEF/ Angola, destaca mais uma vez um orçamento aquém da necessidade, pontuando como dificuldades a falta de compartilhamento de informações pelos municípios com relação ao número de escolas públicas e de alunos matriculados no ensino primário e a inexistência de um valor fixado por aluno. Os professores discutiram sobre a necessidade da implementação de uma política baseada em critérios e prioridades, sendo, primeiramente, dirigido às áreas mais vulneráveis e de maior incidência de insegurança alimentar ou as mais distantes dos centros urbanos e/ ou com condições agrícolas deficientes. Em experiências anteriores, o Ministério da Educação e o Programa Alimentar Mundial (PAM) assinaram em 1990 um protocolo de cooperação que previa o estabelecimento de um Programa Piloto de Nutrição para 1600 crianças, sendo 200 da Escola da Paz no km 9 de Viana e 1400 da Escola Especial da província de Luanda. Em 2000 foi assinada a Adenda 2000 entre o Ministério da



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

Educação e o PAM, que previa a introdução da província de Malange, que contemplava de 28 a 89 alunos. O impacto mostrou um aumento significativo de matrículas, rendimento escolar e uma baixa na taxa de desistência (SAMUEL, 2011).

Com relação à Educação Alimentar e Nutricional (EAN), uma curiosidade foi a falta de conhecimento sobre o assunto, tendo ocorrido apenas um relato sobre iniciativa de horta escolar como meio pedagógico para incentivo à educação alimentar. Por outro lado, foi notório o contraste entre a visão dos professores que lecionavam em escolas privadas daqueles que lecionavam em escolas públicas. Era evidente na fala destes últimos, certa limitação para trabalhar alimentação e nutrição com alunos que se encontram em situações de insegurança alimentar; sendo alguns questionamentos: “como falar de alimento e nutrição com crianças que não tem o que comer em casa?”, “como ensinar o que é saudável se nem mesmo fazem uma refeição no dia?”, “como fazer um trabalho desse em uma escola que não te oferece estrutura?”, “como fazer uma aula dinâmica sobre alimentação em salas de mais de 60 alunos?”. Essas falas foram resgatadas para o segundo momento, ressaltando a escola como um agente transformador, no sentido de motivar produções locais de alimentos, por meio, por exemplo, de hortas escolares.

No segundo momento, mais prático, houve em todos os rodízios, interação significativa dos professores, os quais tinham sempre perguntas com relação aos grupos alimentares e importância desses na alimentação de cunho pessoal, como, “o que faço para emagrecer?”, “carboidrato engorda?”, “proteína é o que tem que compor a maior parte do nosso prato?”, “ferro está presente em qual alimento e cálcio?”, “eu corro, o que eu preciso comer?”, “o que fazer para as minhas filhas comerem hortaliças?”, entre outras. Tais dúvidas entre os professores demonstram a não aplicabilidade de elementos básicos sobre nutrição nos currículos pedagógicos, o que pode estar atrelado à deficiência de informações. Conforme relatado nas falas, há nenhum, ou pouco contato entre o profissional nutricionista e a escola, sendo, portanto que para a maioria dos professores presentes, a oficina proporcionou esse primeiro encontro. Ao que tudo parece, a visão da atuação do profissional de nutrição em Angola, está restrita a uma área clínica exclusiva da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento de cada professor refletiu o anseio à necessidade de atenção à segurança alimentar e nutricional das crianças, reforçando, que apesar de existir estratégias e programas na Angola para a garantia do DHAA e da SAN, é indispensável um trabalho árduo de forma



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

intersetorial para implementação. Nessa perspectiva, a cooperação promovida pelo Programa Mundial de Alimentos (PAM) entre Brasil e Angola, pode auxiliar na troca de experiências.

Nesse sentido, é necessário destacar a relevância da escola como um veículo para promoção de segurança alimentar nutricional, tendo como principais pontos, o fornecimento de refeições, ações de educação alimentar e nutricional, incentivo local para a produção de alimentos por agricultores locais, que potencialmente poderão ser utilizados na alimentação escolar. Assim, a escola torna-se um elo entre as políticas públicas, sociedade e outros setores.

Por último, cabe uma ressalva à necessidade de reorientação dos profissionais da área de nutrição em Angola, no sentido de uma aproximação destas áreas, entendendo o ambiente escolar como um potencial promotor de hábitos alimentares saudáveis valorizando os hábitos alimentares positivos da cultura local.

AGRADECIMENTOS

Sobretudo a Deus pela oportunidade de aprendizado e, ainda, à equipe pelo companheirismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CASA CIVIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: jun. 2019

BRASIL. Decreto nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Lex: Brasília, 15 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em julho 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação [Internet]. Diário Oficial da União; 27 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso julho 2019.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio nas redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Diário Oficial da União; 09 maio 2006. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/acessibilidade/item/3535-portaria-interministerial-n%C2%BA-1010-de-8-de-maio-de-2006>. Acesso em jul. 2019.

BURITY, V. et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010. Disponível em: https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf. Acesso em jul. 2019.



X MOSTRA CIENTÍFICA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

PROJETO
EDUKA+
ANGOLA

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. School Health Guidelines to Promote Healthy Eating and Physical Activity. MMWR. 2011;60(5):1-74. Disponível em: <https://www.cdc.gov/healthyschools/npao/pdf/MMWR-School-Health-Guidelines.pdf>. Acesso Jul 2019.

FAO (2009), Declaration of the World Summit on Food Security. World Summit on Food Security (WSFS) 16-18 November. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/wsfs/Summit/Docs/Declaration/WSFS09_Draft_Declaration.pdf Acesso em 07 de Dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (FNDE). CONSELHO DELIBERATIVO. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (FNDE). PNAE: Histórico. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em :jun 2019.

PEREZ-RODRIGO C, ARANCETA J. School-based nutrition education: lessons learned and new perspectives. Public Health Nutrition. 2001; 4:131-9. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11255503> Acesso em jun 2019.

REPÚBLICA DA ANGOLA. Decreto Presidencial nº 138/13 de 24 de setembro. É aprovado o regulamento do Programa da Merenda Escolar. Disponível em: <https://nutriangola.com/?mdocs-file=141>. Acesso em: jun 2019.

REPÚBLICA DA ANGOLA. Estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional. Luanda: ENSAN. 2009. 87p. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang119820policy.pdf>. Acesso em agosto 2019.

SAMUEL, A.T.A. 2011. “O Impacto da Merenda Escolar na Inserção, Retenção e Sucesso Escolar dos Alunos do Ensino Primário em Angola.” In: COOPEDU — Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação, 147–158. Lisboa: CEA. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3015/1/Samuel_COOPEDUI_3.4.pdf. Acesso em agosto 2019.

SILVA, S. P. A. Trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2014, 82p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf Acesso em agosto 2019.